

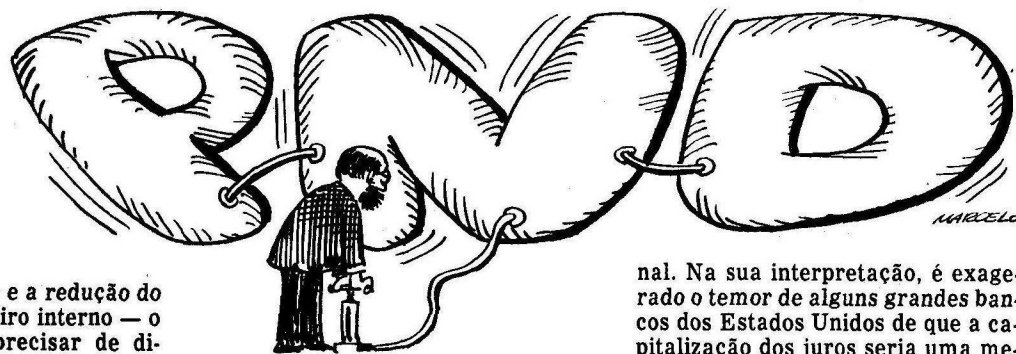
Brasil precisará de dinheiro novo no ano que vem

BRASÍLIA — Para executar o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República — que prevê o controle da inflação, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em seis por cento ao ano e a redução do desequilíbrio financeiro interno — o Brasil vai mesmo precisar de dinheiro novo no próximo ano. Para este ano, contudo, a hipótese já está descartada.

A informação é do Secretário Especial para Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Paulo Nogueira Batista Júnior, principal assessor do Ministro João Sayad para questões de negociação da dívida externa com os bancos credores e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ele explicou que a proposta de dinheiro novo já foi apresentada em caráter preliminar, dentro de uma cláusula de salvaguarda, ao comitê de bancos credores do Brasil.

Paulo Nogueira considerou importante a obtenção de dinheiro novo



para 1986 mesmo que seja para capitalizar os juros da dívida externa. Afirmou que a proposta de capitalização de juros não pode ser considerada como revolucionária. "Tanto assim", explica ele, "que grande parte da comunidade bancária europeia é favorável à capitalização de juros".

Em sua opinião, a sistemática de capitalização indireta dos juros adotada pelo Governo passado — a obtenção de empréstimos forçados, conhecidos como "jumbos" para que o Brasil pagasse os juros — é altamente ineficiente.

A capitalização direta dos juros é, no seu entender, muito mais racio-

nal. Na sua interpretação, é exagerado o temor de alguns grandes bancos dos Estados Unidos de que a capitalização dos juros seria uma medida desastrosa para eles. O secretário disse que encontra apenas uma razão para este temor, que considera injustificado: "Estes grandes bancos têm um alto grau de envolvimento com o Brasil, o que poderia provocar uma reação negativa entre seus acionistas caso resolvêssemos capitalizar os juros da dívida externa brasileira."

● O Presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, viajará no próximo dia 19 para Nova York, a fim de comunicar ao comitê que assessora os bancos nas negociações da dívida externa brasileira que será solicitada prorrogação, por mais 90 dias, do acordo pelo qual são mantidos ao Brasil créditos interbancários e comerciais, ambos de curto prazo, no valor de US\$ 16 bilhões.